
SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de maio de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ZÉ NETO AD HOC

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com o objetivo de discutir mecanismos para viabilizar a participação popular da sociedade no processo de elaboração das leis com ênfase na criação de uma comissão de legislação participativa proposta pelos deputados Zé Neto, Waldenor Pereira e Álvaro Gomes.

Para compor a Mesa, convido o Dr. Waldir Pires, ex-governador do Estado, ex-senador, ex-deputado federal, ex-corregedor Geral da República. Convido para trazer o Dr. Waldir Pires a esta Mesa o deputado Álvaro Gomes. (Palmas) Também convido para participar desta Mesa como proponente desta presente sessão, o deputado Álvaro Gomes do PCdoB da Bahia.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo pelo *Canal Assembleia* que tem prestado relevantes serviços à comunidade baiana.

Convido para fazer parte da Mesa o procurador Geral do Estado, Dr. Rui Moraes (palmas); o Sr. Representante da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, o Sr. Jonicael Cedraz, o Sr. Representante das Comunidades Indígenas da Bahia, Agnaldo Santos (palmas); o representante do Movimento dos Sem Terra – MST – o companheiro e Sr. Mário Matos. (Palmas)

Queremos, com alegria, registrar as presenças dos Srs. Deputados, Neusa Cadore, representante desse nosso sertão, Fátima Nunes, Emério Resedá que já esteve conosco, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Gilberto Brito, representante também do nosso sertão, Joélcio Martins que nos deu alegria aqui logo cedo ao recepcionar o nosso ministro, governador, senador, deputado federal, corregedor, enfim, uma das nossas mais importantes figuras da política brasileira, Waldir Pires.

Citamos também as presenças dos deputados Sérgio Passos, Bira Corôa, Yulo Oiticica, Ferreira Ottomar, representante também da cidade de Camaçari, é um deputado combativo de nossa Assembleia Legislativa e que tão bem representa a região metropolitana.

Peço a qualquer deputado presente na Casa registrar, por favor, a sua presença em Plenário.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes, um dos proponentes desta presente sessão.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Zé Neto, que preside esta sessão especial, de grande importância para discutir, debater a participação popular; nosso ex-governador, companheiro de grandes lutas, companheiro Waldir Pires; procurador-geral do Estado, Rui Cruz; companheiro Jonicael Cedraz, do movimento de democratização dos meios de comunicação; Ednaldo Santos, representante das comunidades indígenas da Bahia, Quero saudar todos os presentes a esta sessão especial, que é uma sessão de grande importância.

A Assembleia Legislativa da Bahia vem passando por um processo de grandes transformações, assim como o Estado da Bahia, o Brasil e o mundo.

Já houve período na Assembleia Legislativa da Bahia, em que nem se falava de participação popular. Era proibida a participação popular, a população chegava próxima à Assembleia Legislativa, mas não conseguia penetrar, não conseguia participar, não conseguia dar a sua contribuição.

Muitas vezes a própria Assembleia Legislativa recebia com repressão, com aparato policial, e as pessoas não podiam expressar as suas opiniões.

Em determinado momento a Assembleia Legislativa, mesmo internamente, com os parlamentares, não permitia absolutamente nenhuma mudança daquilo que vinha do Executivo. A Assembleia Legislativa da Bahia era a única Assembleia Legislativa do Brasil que não votava projetos de deputados.

Era um Poder que deveria ser independente, deveria ser a caixa de ressonância dos anseios da sociedade, mas era um poder totalmente vinculado ao Executivo no passado. Não se permitiam alterações de proposições do Executivo, não se acatavam emendas, não se permitiam as proposições de parlamentares.

Isto fez com que a Bancada da Oposição, na legislatura passada, quando eu estava na qualidade de Líder da Oposição, ingressasse com um mandado de segurança, obrigando a Assembleia Legislativa a votar projetos de parlamentares.

A Justiça concedeu a liminar, e juntando essa decisão judicial com uma forte negociação, nós conseguimos votar alguns projetos por acordo político. Mas a partir desse momento tudo ficou paralisado novamente.

Hoje nós vivemos um novo momento aqui, ainda não chegamos ao ideal, mas nós discutimos projetos de parlamentares na Assembleia Legislativa. A Comissão de Constituição e Justiça, da qual o nobre deputado Zé Neto é presidente, já apreciou, já designou relator para cerca de mil projetos, e dezenas de projetos apreciados na Comissão de Constituição e Justiça foram encaminhados para outras comissões. Isso não ocorria, projeto de parlamentar não se discutia no Plenário, na Comissão de Constituição e Justiça, era realmente uma situação bastante complicada.

A Assembleia Legislativa avançou muito com as mudanças que estamos observando no Brasil e na Bahia rumo a sua independência, a sua autonomia, buscando dar, cada vez mais, sua contribuição à sociedade.

O Poder Legislativo é um dos poderes mais importantes para a sociedade. Por aqui passam todas as proposições que vão melhorar ou piorar a vida das pessoas. Tudo que determina o destino do nosso Estado passa pela Assembleia Legislativa, através de projetos de lei, seja do Executivo, do Judiciário, Ministério Público, seja dos próprios parlamentares. Os destinos do nosso Estado passam, necessariamente, pela Assembleia Legislativa. Por aqui passou a privatização do Baneb, da Coelba, a autorização para

privatizar a água e, no momento, passam projetos que visam estimular e promover o desenvolvimento do nosso Estado, como o Água para Todos e outros também importantes. Recentemente, aprovamos um projeto de lei que autorizou o Estado a contrair um empréstimo de R\$ 375 milhões para enfrentar a crise que assola todo o mundo. Vários projetos aqui aprovados vêm promovendo o desenvolvimento do Estado. Por aqui passam projetos que beneficiam ou prejudicam a população.

Logo, a Assembleia Legislativa da Bahia precisa, cada vez mais, ser fortalecida. É nesse sentido que a Comissão Legislativa de Participação Popular dá um salto de qualidade, permite uma maior participação da sociedade na contribuição que ela pode dar ao Poder Legislativo. Temos aqui diversos parlamentares envolvidos nessa questão e defendendo-a. Tive a iniciativa, em 2004, de apresentar um projeto de resolução nesse sentido, exatamente, e venho buscando e lutando para que ele seja discutido, debatido e aprovado. Criei a Comissão de Participação Popular e regulei o art. 82 da Constituição do Estado da Bahia, mediante alteração do Regimento Interno da Assembleia. Essa comissão permite até que a população possa apresentar projetos de lei. Por que não a população apresentar projeto de lei? Hoje, o projeto de lei é apresentado por parlamentares, pelo Executivo, pelo Judiciário, pelo Ministério Público, e por que não a população apresentá-lo, desde quando tenha uma representatividade mínima de meio por cento do eleitorado do Estado da Bahia?

Esse projeto de participação popular, sendo aprovado e viabilizado, na minha opinião, faz que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia dê um salto de qualidade no seu fortalecimento, fazendo com que ela fique cada vez mais importante para a sociedade, para a defesa dos interesses populares.

É importante que a sociedade venha a esta Casa participar efetivamente dos trabalhos. Ultimamente, temos observado a Assembleia Legislativa bastante movimentada, o que é algo muito positivo. Diversos projetos de lei foram apresentados pelo governador Jaques Wagner, pelo Executivo, para melhorar as condições do funcionalismo público. Diversas leis do Judiciário foram aprovadas aqui, como a da Organização Judiciária, tema que teve a participação importante do deputado Zé Neto como presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Coube a mim a responsabilidade de ser o relator dessa lei, uma das mais importantes que esta Assembleia Legislativa aprovou nos últimos 30 anos.

Essa nova Organização Judiciária, se colocada em prática, se implementada, beneficiará o conjunto da população, porque facilitará o acesso das pessoas à Justiça, que terá mais transparência, agilidade e eficiência.

Vários outros projetos também foram aprovados aqui. E destaquemos que é necessário que haja essa participação da população, que ela possa contribuir com ideias e projetos. Enfim, tivemos grandes movimentações nesta Assembleia Legislativa, que tem recebido diversos segmentos da sociedade. Inúmeros problemas são repercutidos aqui, e, na medida do possível, esta Casa tem dado respostas para atender as necessidades do nosso povo.

Por isso, é de grande importância esta discussão que estamos tendo nesta sessão especial a respeito da criação de uma Comissão Legislativa de Participação Popular. Na verdade; pode ser tanto uma comissão como uma subcomissão. Acho que esse debate deve ser amadurecido. Particularmente, em princípio, considero que teria mais

força, mais impacto a criação de uma comissão, muito embora também haja a possibilidade de ser uma subcomissão. É um debate necessário para amadurecermos uma posição acerca da melhor alternativa.

Então esta sessão especial dará grandes contribuições para que avancemos no sentido do fortalecimento do Legislativo baiano, da democracia e da construção de uma sociedade justa, na qual todos possam viver com dignidade.

Um grande abraço aos presentes. Quero parabenizar todos aqueles que estão aqui representando a sociedade em busca da construção, conosco, deste novo momento político de fortalecimento da Assembleia Legislativa da Bahia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Após ouvirmos o deputado Álvaro Gomes, quero registrar que esta sessão é dedicada ao deputado Adão Preto, ex-presidente, na Câmara Federal, da Comissão de Legislação Participativa, que faleceu prematuramente no mês passado.

Sou um dos proponentes desta sessão. E ontem à noite, conversando com o Dr. Waldir, na verdade, um farol para todos nós, eu lhe disse: “Dr. Waldir, o tema é dos mais importantes. Há duas semanas, eu e os deputados Álvaro e Waldenor...” – aliás, quero registrar que, na segunda-feira, o governador marcou para hoje uma viagem a Vitória da Conquista, e a agenda dele não é simples, é complicada, por isso o deputado Waldenor não pôde estar aqui agora. Mas destaco o seu empenho e o seu compromisso com esse tema – “(...) ponderamos que não haveria muita gente neste ato, mas deveríamos considerar a sua dimensão pelas pessoas convidadas para a Mesa, especialmente o senhor, que é, sem dúvida, uma das maiores referências, na política brasileira, de integridade, de respeito a uma causa, de coragem e, acima de tudo, de resistência, na qual todos os deputados aqui presentes se espelham - e eu, pessoalmente, - para permanecer na luta democrática.

Tinha certeza de uma coisa, aqui, estariam todos aqueles que acreditam na Assembleia Legislativa, no Poder Legislativo, que agora aos poucos está resgatando e até construindo um momento mais aberto para a sociedade. Aqueles que realmente acreditam nisso aqui estariam.

Sou presidente da Comissão de Constituição e Justiça há três anos e posso dizer com muita tranquilidade que esta Casa já mudou muito em relação ao que encontramos, principalmente a comissão que eu presido.

O deputado Álvaro foi muito feliz nas suas colocações, ele tem sido um parceiro nesses embates, principalmente nos embates idealistas. Chega um momento em que falar em idealismo no processo da política parece coisa de alguém que está fora do ar, ou que esteja agindo como louco, mas aqui nesta Casa ainda temos muitos deputados idealistas, que creem no avanço da construção democrática. Não digo que esses sejam maioria, mas ainda temos muitos que acreditam.

Nesses últimos três anos, como o deputado Álvaro bem lembrou, votamos a Lei de Organização Judiciária, e é bom destacar que tínhamos aqui vinte anos de espera. Esperávamos há vinte anos uma Lei de Organização Judiciária, o Judiciário baiano vivia sem essa lei. Por que essa lei não era aprovada aqui? Primeiro, porque o Executivo comandava os interesses do Legislativo e controlava também os interesses dentro do

Judiciário. Isso foi quebrado na última década de forma gradativa, mas não se conseguiu nesta Casa a reformulação legal, que era a Lei de Organização Judiciária, para ampliar o número de desembargadores e juízes, para dar mais dinâmica ao processo democrático dentro do Poder Judiciário e abri-lo para debates fundamentais, como era o caso dos planos de carreiras, o que assistimos aqui nesta Casa. Aqui foram oito meses de debates da Lei de Organização Judiciária.

Nesta Casa, desembargadores, promotores, juízes, advogados, a sociedade organizada e os sindicatos puderam discutir a Lei de Organização Judiciária, cujo relator foi o deputado Álvaro Gomes. Inauguramos naquele momento um tempo novo, um tempo de diálogo com a sociedade.

Hoje, posso dizer com muita tranquilidade que de lá para cá vimos muitas outras leis nesta Casa serem objeto desse debate, e isso para nós é o que mais importa, fazer com que essa Casa possa debater, avançar com a sociedade e fazer com que as coisas não aconteçam apenas nas cabeças de alguns deputados ou por interesse do Executivo.

O Executivo esteve aqui, Dr. Waldir, e em alguns momentos não conseguia convencer a própria Bancada de governo, porque as coisas não estão mais vindo como vinham antigamente, de cima para baixo. Isso muda o panorama da política e do Estado e cria um novo paradigma, e precisamos avançar nesse aspecto.

A Assembleia Legislativa, Dr. Waldir, recebe, hoje, secretários de estado semanalmente para discutir, e o mais importante é que eles podem discutir qualquer tema. No meu primeiro mandato de deputado, quando um secretário vinha para esta Casa discutir, as perguntas eram elaboradas anteriormente para não se fugir do foco que estava sendo debatido naquelas reuniões, se o tema fosse receita trimestral, só poderíamos discutir aquilo; se o tema fosse prestação de contas, só se poderia debater aquilo. O procurador-geral do Estado veio aqui uma vez e o tema teve que ser definido. Dr. Rui esteve aqui várias vezes, e virá quantas vezes for preciso, e quando vem para um debate, vem para um debate aberto.

Temos que avançar agora para o quê? Para a votação de projeto de deputado e ampliação de autonomia. Acho que deve ser uma coisa negociada politicamente, para não ser oportunista, o avanço para projetos de deputados dentro da competência do Executivo, como há, hoje, um debate nesta Casa. Mas os mesmos que propõem são os mesmos que, antes, não deixavam os deputados sequer se manifestar.

Como presidente da Comissão de Justiça, já distribuí 1.200 projetos, deputado Álvaro, para relatoria. Com relatório, são mais de 450. Aprovados, mais de 120. Apreciados, cerca de 140. Nós conseguimos fazer com que isso acontecesse na comissão porque compreendemos que a Oposição faz parte da Casa. Oposição, governo e os Blocos Independentes compõem a Casa, compõem o sentimento do Legislativo.

É bom lembrar que um dos projetos de lei mais polêmicos do Estado, sobre o nepotismo, foi votado aqui por unanimidade. Avançamos e votamos uma lei avançada, a mais avançada do Estado brasileiro. O relator que indicamos foi um deputado da Oposição ao governo. Isso, para nós, é uma coisa muito tranquila e natural nos acontecimentos aqui da Casa: avançar agora para viabilizar a participação da sociedade no processo de elaboração.

Acho que precisamos, neste momento – o deputado Álvaro está com a razão –,

dar outros passos. Então, Dr. Waldir, é nesse compasso, buscando outros passos, que encerro a minha fala e digo com muita clareza: é uma tarefa árdua, como tantas outras que o Dr. Waldir enfrentou. Mas hoje, aqui, nesta Casa, graças às presenças de vocês e dos deputados, especialmente, tenho certeza que haveremos de avançar.

Quero registrar as presenças dos alunos da Faculdade Maurício de Nassau; da Sr^a Cristina Cangussu, assistente social de Mortugaba; Sr. Robson Mendes, representando a direção do Hospital Santo Antônio, de Irmã Dulce; Sr. Erisvaldo Cardoso, do MSTs; Sr. Israel Oliveira, representando a AMSTI, de Itacaré; Sr^a Lícia Carvalho, representando a Prefeitura de Planalto; Sr^a Aureline Cerqueira Novaes, secretária municipal de Mortugaba; Sr^a Sônia Maria Arruda, da Associação dos Trabalhadores Sem Teto; Sr. Jânio Carlos, representando a Brasfer; Sr. Antônio Pedreira de Freitas, do Sindicato da Indústria, Comércio e Mineração; Sr^a Lenize Ferreira, representando a Associação Comercial de Vera Cruz; Sr. Glauber Santana, representando a Secretaria da Cultura; Sr. José Amilton, representando a sociedade civil; Sr^a Sammy Sousa, presidente da UBV-Bahia; Sr. Lino Inácio, presidente da Acap; Sr^a Ana Alakija, representante do Sinjorba; e a Sr^a Firmiane Venâncio, defensora pública do Estado, representando Dr^a Teresa Cristina.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o Sr. Jonicael Cedraz, representante da Abracio, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o Sr. Jonicael Cedraz, representante da Abraco, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JONICAEL CEDRAZ:- Deputado Zé Neto, deputado Álvaro Gomes, Dr. Waldir Pires, Dr. Rui Morais, companheiros da luta do movimento social, Agnaldo das comunidades indígenas, Márcio do MST, daqui do Plenário as deputadas e deputados, as instituições e representações do Movimento dos Sem Teto e dos demais movimentos sociais. Esse dia de hoje é um marco para o avanço da democracia e a palavra democracia é que é a palavra chave.

Quando convocamos os deputados a se unirem a nós e realizarmos aqui esse ato, para começarmos um diálogo no conjunto dos deputados, o conjunto dos movimentos das instituições da sociedade que é a condição necessária para que a democracia exista, se não houver diálogo entre governantes e governados, se não houver uma partilha, um pensamento que se construa para um consenso da sociedade que se transforma em leis, em ações, em políticas públicas, não teremos na prática a democracia que nós estamos querendo.

Nesse sentido, que o fórum nacional pela democratização da comunicação que também estou representando aqui nesse momento, além da Abraco – Associação Brasileira Comunitária, tem o companheiro Emanuel que tem um problema de saúde na família e não pode estar presente aqui agora. Nós estamos aqui para pensar e discutir os mecanismos que vão poder estabelecer essa relação permanente, porque eu acho que deva ser permanente entre a sociedade e o Parlamento.

Nós pensamos com ênfase na criação da Comissão de Legislação Participativa e por isso que esta sessão é dedicada a um companheiro de luta, que faleceu durante o exercício do mandato como presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal criada em 2001, que é o Adão Preto, deputado federal do Rio Grande do Sul, da grande liderança dos movimentos dos trabalhadores sem terra e das famílias

agrícolas, de todo movimento social.

Basta dizer que com o Adão Preto, a casa dedicada para ele se abrigar quando não tivesse nas discussões dos parlamento, casa dos deputados, ele tinha lá beliches, uma série de coisas para que os movimentos sociais chegassem a Brasília e pudessem participar dos seus atos no Parlamento e fora dele. Eu encontrei aqui companheiras e companheiros da Bahia, e ele é do Rio Grande do Sul, lá alojados com ele, porque nós participamos de um movimento nacional para construir a democracia nesse país, que é um processo que nós estamos construindo.

Ao longo desses 500 anos que somos vítimas de um modelo de exploração, de dominação, fomos construindo mecanismos de democracia, e esse processo de construção da cidadania, da democracia é um processo histórico. Neste sentido é que convidamos o ex-governador da Bahia, Waldir Pires, que é um símbolo da democracia em nosso Estado, porque foi com ele como Governador que nós fizemos aqui a Constituinte. E neste ano comemoramos os 20 anos da Constituição da Bahia. Era para ser não comemorada simplesmente, era para ser analisada, discutida, sendo verificado se houve realmente mudanças nela no sentido da regulamentação dos seus artigos. Tivemos até o momento colocado um elemento constitucional de que os parlamentares estavam proibidos de legislar. É restrita a participação dos parlamentares na legislação, como tem sido nula a da sociedade. Porém, com essa Comissão de Legislação Participativa, estabelecemos no processo de construção das leis a participação dela junto com os deputados.

Portanto, eu digo que é um novo tempo que estamos construindo a partir de hoje com esta sessão especial.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Registramos a presença dos Srs. Uedson Lima, representando a Prefeitura de Tanquinho na condição de secretário da Ação Social, Manuel de Oliveira, representando a Secretaria da Segurança Pública, Isaac de Andrade, do MST de Bonfim, Caroline Biscarde, representando a Agecom, e Roberto Machado, representando a CDA, Companhia de Desenvolvimento Ambients.

Passamos a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao Sr. Agnaldo Santos, representante das comunidades indígenas.

O Sr. AGNALDO SANTOS:- Bom-dia a todos e a todas presentes. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso companheiro e parceiro Márcio, representante do MST.

Nós, indígenas da Bahia, encaramos essa criação, retomando a discussão da comissão de participação administrativa, com muita alegria e esperança. Até porque temos um relacionamento muito melhor com Brasília, no que diz respeito à atuação no Parlamento, ao nosso movimento, à interferência nossa na Constituição, do que aqui no nosso Estado. Temos apoio de poucos deputados desta Casa.

É fácil listarmos os deputados que têm acompanhado os indígenas na Bahia. São poucos. Isso é muito ruim para nós. Somos mais de 14 povos, mais de 130 mil indígenas e temos mais de 270 mil hectares de terras que são nossas e estão nas mãos de grileiros. Todas as terras indígenas da Bahia estão *sub judice*, em conflito. Isso não dá para nós,

baianos, fazemos de conta que não existe.

Afinal, já somos explorados desde 1500, quando os invasores chegaram. Desde então, nós sofremos com isso. Acredito que este seja um direito nosso: ter como parceiros pessoas que respeitam as leis, todos os integrantes desta Casa, pois facilitaria muito mais para nós e abriria um espaço aqui. É mais fácil a comunidade nacional, através de Brasília, saber o que acontece na Bahia do que os baianos saberem o que acontece conosco. Temos uma dificuldade imensa de fazer a opinião pública saber o que acontece conosco.

Nos últimos anos, o relacionamento governamental tem melhorado muito. Nós já temos hoje uma coordenação de articulação política para os povos indígenas. Já tivemos, só nestes 2 anos, mais de 6 audiências com o governador. Ele recebeu mais de 114 caciques em oportunidades diferentes. Antes, nunca um cacique das nossas tribos da Bahia tinha se reunido com o governador do Estado.

Então, já é um começo de avanço. Mas precisamos avançar muito mais. Temos somente 9 vereadores indígenas na Bahia. Fazemos parte de 23 municípios em nosso Estado. Isso é muito pouco, a abertura é pouca para nós. Esperamos que esta comissão possa abrir esse espaço para que façamos mais intervenções podendo mostrar à Bahia os valores que os indígenas têm para a Bahia: as contribuições culturais, de luta, e todos os sentidos em que nós, povos indígenas, podemos contribuir mais para o nosso Estado.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Passamos a palavra ao representante do MST, Sr. Márcio Mattos.

O Sr. MÁRCIO MATTOS:- Gostaria de saudar o deputado Zé Neto, proponente desta sessão; o Dr. Rui, procurador do Estado; o Dr. Waldir Pires, ele, que para nós, do MST, tem uma significância muito grande, até porque ele foi o primeiro governador deste País a receber em audiência o Movimento Sem Terra. Na época dos conflitos no Extremo Sul do Estado, o governador Waldir Pires transferiu a sede do governo do Estado para a cidade de Itamaraju, com o objetivo de debater com os companheiros do Movimento Sem Terra na ocasião da fundação do MST aqui no Estado da Bahia. Quero saudar também os companheiros indígenas que compõem a Mesa, que têm um trabalho importante na região Sul do Estado.

Para nós, do Movimento Sem Terra, que é um movimento que vem sendo alvo de muitas críticas e de um processo de criminalização forte, é muito importante essa iniciativa do Poder Legislativo da Bahia no sentido de abrir as portas para que os movimentos sociais possam debater os problemas que vive a nossa sociedade. Nós, do Movimento Sem Terra, nos somamos a essa iniciativa, e a consideramos de fundamental importância.

Por duas vezes, nos últimos dois anos, realizamos duas sessões especiais aqui na Assembleia Legislativa para debater a questão da reforma agrária, e a última foi em homenagem aos 25 anos do MST. E é fundamental o Poder Legislativo, que hoje vive um processo de muita desmoralização perante a sociedade brasileira, é fundamental que ele se aproxime cada vez mais dos problemas reais da nossa população, para poder continuar a diminuir a distância que existe entre o povo e os Poderes Legislativo,

Executivo e Judiciário. Essa deve ser uma luta permanente para aproximar o povo do poder. E eu tenho certeza de que, dessa forma, os diversos Poderes do estado saberão tomar as decisões corretas, ir de encontro aos problemas que vive a nossa sociedade.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Passamos a palavra ao procurador-geral, Dr. Rui Moraes Cruz.

O Sr. RUI MORAES CRUZ:- Bom-dia a todos.

Inicialmente saúdo o deputado Zé Neto e o deputado Álvaro Gomes, agradeço ao proponente desta sessão o convite para dela participar; aos companheiros da Mesa: Márcio, Michael, Aguinaldo, Waldir Pires; aos Srs. Deputados presentes; aos representantes da sociedade civil.

Vejo com alegria essa iniciativa da Assembleia Legislativa de introduzir no seu Regimento Interno a Comissão de Legislação Participativa. É uma iniciativa que deu frutos muito positivos na Câmara Federal, por iniciativa do saudoso Deputado Adão Preto, a quem também rendo minhas homenagens, e que hoje é um repositório de contribuições da sociedade civil muito marcante e significativo para a atuação parlamentar. Eu acredito que aquela experiência possa ser reproduzida com muito êxito aqui em nossa Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. É um espaço a mais que se abre para a democracia e a participação da sociedade civil.

E, também como operador de direito, vejo que hoje o Estado é chamado para normatizar cada vez mais áreas extensas da vida social, áreas que ganham uma complexidade e têm aspectos que demandam uma participação marcante dos atores sociais a ela vinculados, integrados. E essa participação formalizada através da Comissão que se pretende instituir na Assembleia Legislativa é um meio de valorizar e qualificar ainda mais a atuação parlamentar com essa contribuição das entidades da sociedade civil, as quais vão trazer certamente não só os desejos e as aspirações da sociedade, mas também as contribuições técnicas fundamentais para a construção de uma legislação que seja eficaz e moderna.

Quero registrar a minha alegria e saudar esta Assembleia Legislativa por tal iniciativa. Espero que ela fluidifique de imediato e tenha êxito muito breve e que a sociedade possa ter mais esse espaço de participação e a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia seja cada vez mais qualificada na sua atuação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Quero registrar também a presença do representante e coordenador estadual do Movimento dos Sem Teto, que tem crescido muito em todo o Estado, Sr. Jones Bastos, a quem temos a honra de receber nesta Casa. Infelizmente, já tínhamos programado a constituição da Mesa, da qual queríamos até que ele participasse. Mas abriremos, depois da fala do Dr. Waldir, uma manifestação breve do Movimento do MSTs.

Queremos registrar ainda a presença do representante do transporte alternativo de de Santo Estêvão, Edmundo, que tem um trabalho fundamental naquela região.

Dr. Waldir, antes da sua fala, quero dizer que esta Casa aprovou 26 projetos de lei que tratam de categorias, com o apoio maciço da Procuradoria-Geral do Estado. Conseguimos aprovar leis orgânicas, planos de carreiras, reestruturações até da própria Procuradoria. Foi um esforço titânico desta Casa, e talvez, nos próximos 10 anos, não tenhamos um movimento tão grande com relação as categorias de servidores do Estado.

Quero agradecer ao Dr. Rui a presença da Procuradoria nesses momentos de construção normativa que vivemos aqui e dizer, Dr. Waldir, que o transporte alternativo foi objeto, no fim do ano, de um amplo debate nesta Casa e que esta legislação participativa que estamos propondo hoje funcionou, de certa forma, sem a criação da comissão.

Os trabalhadores do transporte alternativo e os empresários de ônibus vieram a esta Casa e, com um deputado de Oposição, um do governo e o relator do projeto – fui um dos deputados que representou o governo –, travou-se, durante 30 dias, um debate de reestruturação de um projeto de lei que esta Casa recebeu, do qual foram alterados pelo menos 20 artigos. Isso dá a esta Casa a condição de dizer que, neste momento que estamos vivendo, tendo o senhor como palestrante, as coisas já estão ocorrendo. Do que precisamos é formatar melhor o que de fato já vem sendo objeto de acontecimento nesta Casa.

Então Edmundo está acompanhando conosco 13 audiências públicas que estão sendo realizadas no interior do Estado, cujo sistema de transporte alternativo coletivo e geral já foi legalizado. Hoje, o Estado tem uma regulamentação nova, melhor dizendo, uma lei nova. A regulamentação ocorrerá depois de cumprido o artigo 53, que prevê que em todas as regiões do Estado haverá audiências públicas para que a sociedade também seja ouvida.

Queria dizer que a presença de Edmundo é muito importante até para abastecer esta Casa com os últimos fatos relativos a esse tema.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com muita honra, passo a palavra, agora, ao nosso grande Dr. Waldir Pires.

O Sr. WALDIR PIRES:- Para matar as saudades da primeira tribuna parlamentar da minha vida, eu deixei lá a nobreza da Mesa e vim aqui para esta tribuna. Faz quantos anos? Mais de 50 - primeiro mandato, jovem, carregado de esperanças, cheio de uma energia por dentro de que seríamos capazes de construir uma sociedade democrática.

Deus me permitiu que eu mantivesse essa energia. Continuo convencido de que somos e seremos capazes, nossa luta, nossa decisão política, todo este País, toda a sua população, sua juventude militante, os seus cidadãos, de construir uma sociedade democrática. Então, voltar a esta tribuna, eu estava ali dizendo isso a Rui Moraes, é uma presença muito agradável para mim, por isso eu quis vir aqui.

Lembro-me daqueles tempos, fizemos uma legislatura de lutas. Vocês mencionaram alguns projetos, eu me lembro de dois, por exemplo, organizatórios, da possibilidade de autonomia do Estado e bem-estar para a sua população, que foram do meu tempo, e nesses dois projetos fui o relator. O projeto da criação da Coelba no meu tempo estudantil foi uma luta para que encampássemos a circular, a empresa era estrangeira, vinculada a um grupo internacional, que controlava toda a produção de energia e de transportes em Salvador. Criamos a Coelba.

Depois outro instrumento fundamental para um estado democrático, era você dispor de um banco do Estado, e criamos o Banco do Estado, Banco de Fomento do Estado, em seguida, o Banco do Estado da Bahia. Para quê? Para que ele tivesse sensibilidade e disposição de construir o processo democrático, as relações democráticas, no financiamento, no estímulo, no incentivo às áreas todas da população, seja para viabilizar crédito para as pessoas mais modestas seja para o financiamento das prioridades que pudessem modificar, transformar a relação da sociedade.

Foi com enorme pesar que vi posteriormente, num desses momentos do equívoco internacional, a fraqueza governamental atingindo-nos. Perdemos esses dois instrumentos feitos com energia e com dinheiro do povo baiano, foram vendidos e transferidos para uma propriedade de empresa europeia, de empresa internacional, e o outro também.

Hoje as nações capitalistas, até a mais poderosa nação do mundo, lamentam não dispor, e até hoje têm a tentativa de restaurar a linha de sua capacidade de intervenção e os créditos na relação financeira para recompor o desastre da crise que essa gente produziu – os grandes, os Estados Unidos, a Europa, o Japão –, a crise do processo que nos atinge, que atinge a vida do nosso povo e dos povos da América Latina, da África, de áreas da Ásia e mesmo da Europa. Perdemos a possibilidade de dispor de um instrumento como o Banco do Estado. Lembro-me das batalhas naquela ocasião.

Mas vim a esta tribuna para fazer daqui uma saudação a esta Casa que está tentando hoje dar força para implementar efetivamente a criação da Comissão Participativa do Legislativo. Jonicael foi quem me conversou a respeito. Foi ele quem fez uma intermediação inicial comigo. Disse-lhe “eu vou”. Houve um adiamento, eu vou. Porque é indispensável... Não se faz democracia com mecanismos formais. Não se faz democracia com instituições que se fecham. A grande batalha da democracia, nós não a vencemos. A rigor, nós perdemos as mais significativas batalhas. Minha geração perdeu algumas dessas batalhas gravíssimas. Isso está posto aí para vocês, para o desafio de vocês hoje, para o meu desafio. Porque, para essa batalha, não dependuro a “chuteira” nunca (palmas), enquanto Deus me der energia e força, nunca! (Palmas)

Aí, olhando os meninos e as meninas, os jovens... vamos construir um País que possa ser exemplar. Esses mecanismos de participação legislativa, a verdade é que temos uma carência generalizada no mundo. As democracias não se construíram nem se constituíram, ao longo do tempo, para se tornarem instituições capazes de realizar o que é fundamental, que é o bem-estar da população; que é a vida com todas as pessoas, que é o objetivo ético do conhecimento, da inteligência, da formação política – o objetivo ético de que todo o nosso trabalho e todo o nosso esforço se faça para quê? Para constituir uma sociedade decente. Uma sociedade decente é a sociedade que inclua todo mundo, em todas as diferenças, respeitosa com todas as diferenças, e realize o bem-estar. Essa é a tarefa essencial.

Quero cumprimentar os representantes dos diversos setores: nosso representante nº 1, neste momento aqui, que é quem está nos presidindo, o deputado José Neto: esse é um guerreiro, garoto bom. Conheci-o nas lutas em Feira de Santana; essa mulher admirável, que é nossa deputada Neusa Cadore; essa outra mulher admirável, Fátima Nunes; o Bira; o Capitão Tadeu; Gilberto Brito; Joélcio Martins; Nelson Leal; Álvaro Gomes, que estava aqui há pouco; já me referi ao Jonicael; já cumprimentei

rapidamente o nosso procurador geral do Estado, Dr. Rui Moraes, uma figura de primeiro plano desta administração. Temos também aqui representantes de áreas fundamentais, como o nosso Márcio Matos, do MST. É verdade, Márcio, naquela ocasião fui o primeiro governador do Brasil a receber, em audiência pública, na frente de todo mundo, o MST, que era naquele momento uma coisa extraordinária, meus companheiros, até porque muita gente dizia: “Não é possível! Invasor de terra!”

Lembrava-me do que eram as lutas, inclusive as que buscavam modificações na legislação da terra e a inclusão dos trabalhadores, procedimento que algumas nações altamente capitalistas realizaram no século XIX e ao longo do século XX. Mas nós aqui sempre tivemos uma resistência tão grande, tão terrível, tão irracional em relação a iniciativas elementares para a organização da reforma agrária, que acabou resultando neste gravíssimo drama que vivemos hoje na vida urbana da sociedade contemporânea brasileira, seja no Sul, no Norte, no Oeste ou no Leste.

As migrações rurais para os grandes centros urbanos foram feitas no nosso País da forma mais veloz e irracional do mundo. Em menos de meio século fizemos a inversão completa sem conhecer as condições para tal. Oitenta por cento da população brasileira era rural; hoje, apenas 20% continuam no campo. Evidentemente, aconteceu o inverso nas nossas cidades. Nunca houve uma inversão com essa velocidade na história do processo civilizatório de qualquer país do mundo.

E hoje, muitas vezes, estamos a nos surpreender com o quadro de criminalidade urbana no Brasil, de ponta a ponta. Então, se há um setor que precisamos pensar e agir na linha de que temos de fazer legislações participativas para reconstruir esta realidade nacional, está aí um deles. É uma coisa importante, porque, no fundo, no fundo, construir essa relação participativa é fundamental para a democracia.

A democracia não é um conceito acadêmico, não é um conceito para os que participam a partir de suas posições absolutamente ortodoxas de sociedade, não. Ela é a solução para a humanidade contemporânea. E não há outra!

Quero ainda cumprimentar, pois não tinha o nome dele na minha relação, o deputado Ferreira Ottomar.

Pois bem, a democracia tem de ser de todos, precisa ser de todos. A definição mais sintética de democracia foi a de Lincoln. Quando ele acabou a guerra e encerrou o regime escravocrata nos Estados Unidos na metade do século XIX. Uma nação que tinha se organizado no século XVIII, em 1776, que tinha se proclamado para o mundo uma nação democrática, em que todos nascem iguais entre si, essa nação tinha implementado o regime da escravidão. Levou um século os Estados Unidos com escravos, e foi uma guerra gigantesca que o Lincoln comandou nos Estados Unidos para um século depois acabar o regime escravocrata e estabelecer uma sociedade capaz de conviver. Claro que manteve durante longos anos o *apartheid* terrível, ostensivo. Mas a democracia é isso, ela terá que ser um processo de avanço e de inclusão, de amor, de respeito, de cidadania.

Essa comissão aqui que teve a iniciativa de Adão, o Adão Preto foi um bom companheiro meu. Nós tínhamos uma relação pessoal muito amigável, ele lá na região Sul, nós cá no Nordeste. Ele era uma figura extraordinária, de capacidade de diálogo e ao mesmo tempo de vontade política organizada. Bom que vocês tenham feito essa homenagem hoje a Adão Preto.

Fiquei contente de receber o convite da Assembleia Legislativa, de estar aqui. Eu acho que essa é a nossa luta. Vamos ter que lutar por isso todos nós. Acho que é uma luta tão extraordinária quanto uma das lutas essenciais que meu tempo passou, que foi a luta para derrubar uma ditadura. Precisamos derrubar os muros de uma sociedade muito diferenciada ainda, carregada de exclusões econômicas e sociais.

E é assim, organizando-se os mecanismos, fazendo com que a Assembleia Legislativa da Bahia seja instrumento dessa mobilização. Sabendo que o nosso processo é hoje, a meu ver, a meu juízo, desde sempre, teria que ser sempre, um processo pacífico, mas dirigido, forte, com valores e princípios irrenunciáveis.

Mas nós vencemos esse debate e essa construção na guerra. O século XX acabou, encerrou uma etapa de um gigantesco equívoco no processo de construção da democracia. Talvez até um pouco de falta de história. E quando a gente imagina que essa história de pensar a democracia tem tantos anos, e tantos anos, e tantos anos! Quando a gente vai ver o processo histórico e sabe que se pensa em democracia se fala em democracia cinco séculos antes de Cristo. Os gregos falavam a democracia, os gregos implantaram a democracia dizendo que a democracia era o governo de todos, das maiorias, uma vocação estadista extraordinária definiu esse rumo lá atrás. E de lá para cá tantos altos e baixos, tantas dificuldades até os dias de hoje.

Alguns recuam, não digo que se intimidam, mas se incomodam e se tornam descrentes, mas não podemos estar descrentes. Temos que estar sempre dispostos a essa luta, porque é o caminho da humanidade. Fora daí você não tem o processo. Ou você tem um governo pela democracia e, portanto, pelo conjunto de normas, de respeito às vontades políticas individuais, coletivas, aceitas para o debate na sociedade ou você só tem a outra, a outra opção. Não há três, só há a outra. A outra opção é da opressão, é da violência, é da brutalidade que você tem nas ditaduras, que tinha no tempo de absolutismo dos reis, que entenderam que botava a coroa na cabeça por um direito divino – Deus mandava botar na cabeça de algumas famílias o direito de governar todo mundo. Mentira completa ao longo dos séculos! Passamos a Idade Antiga toda assim, entramos na Idade Média e foi aquele terror.

Hoje nós temos que saber isso, saber que precisamos lutar em cada canto, em cada roda de pessoas nas horas adequadas, nas horas em que estejam dispostas a escutar, mas entrar no coração e na consciência da juventude, de todas as pessoas para construirmos uma sociedade de paz.

Hoje é quase que um decreto da existência humana, nós vivemos um momento que ou você conquista essa realidade ou você vai para o caos, quem sabe o perigo do extermínio, porque a democracia foi construída pela inteligência. Se Deus nos fez iguais, hoje nós só temos um momento de igualdade. O único momento de igualdade, hoje, é no dia em que a gente morre – aí pode ser o que for: poderosíssimo, rico, cheio de dinheiro, qualquer um do nosso povo, o destino ali está feito, está acabado. Esse é o momento da democratização completa.

Nós temos que estabelecer a democratização na vida, para as alegrias da vida, para as igualdades, igualdades que se fazem respeitar segundo a capacidade de cada um, mas de atenção irrenunciável à necessidade de todos, todos os homens, todas as mulheres, todos os jovens têm necessidades que são irrenunciáveis, porque sem elas morrem, desaparecem, caem.

Então, a sociedade tem que ir se organizando para atender a esses dois grandes princípios, de respeitar a diferença das igualdades na inteligência, na capacidade, na vontade, na energia, na disposição, e evidentemente que constrói êxitos e vitórias bem maiores, mas tem o respeito absoluto pela necessidade das pessoas.

Nós não podemos estar aí estimulando este mundo, em que se lixam, em que se abandonam as necessidades das pessoas, numa hora de inteligência extraordinária em que o mundo muda tudo, o conhecimento está mudando tudo tão rapidamente, tão extraordinariamente que este planeta da gente fica pequenininho, é uma aldeia hoje, e conseqüentemente, se nós não formos capazes de instrumentarmos a democracia, o que será?

Estamos vendo aí nesses filmezinhos baratos de Hollywood, dessa gente aí que é uma massa de violência gigantesca, com uma série de figuras, robôs que aparecem brigando e matando e etc. e tal, porque nós não somos capazes de nos organizarmos para fazermos uma vida decente.

Então, quero realmente parabenizar, a Assembleia Legislativa está fazendo isso, o Senado Federal iniciou anteriormente com o nosso Adão, os mecanismos, hoje, participativos estão dentro da Constituição. A Constituição disse lá: está no Título 2º, que é um título de uma importância extraordinária, porque é o princípio das garantias fundamentais, os mecanismos participativos que são alguns definidos e outros que vão ter que ser criados por essas comissões aqui e em toda parte, o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular para participar das leis, criar as leis, fazer as leis com esse objetivo, a paz entre os homens, e a paz entre os homens só pode ser atingida na medida em que não haja medo de morrer de fome, medo da exclusão. Não há paz com condições dessa natureza.

Na minha geração, na luta política, havia quase que um princípio permanente, é que se dizia, por exemplo, para se construir uma sociedade e pleno emprego. Hoje, ninguém fala em pleno emprego, a não ser setores escritos. E a tecnologia, a inteligência e a ciência foram postas aí para acabar com os empregos. E, depois, digam: vivam. E onde buscar viver, se não há renda que decorre do emprego, do trabalho, da força humana? Como se, porventura, todo mundo tivesse renda, perdeu o emprego e tem renda, e vai viver. Que tipo de sociedade é esta que nós estamos vivendo?

É preciso, portanto, reconstruí-la, é esse o nosso dever, reconstruir a força no Estado, a força no Brasil, em qualquer dos instantes, em qualquer das oportunidades.

Eu estou vendo, por exemplo, aí, essa coisa da CPI, hoje, da Petrobras, é um processo democrático, mas tem que ser democrático, sério e decente. CPI deve existir, CPI é preciso que exista nos mecanismos participativos, a CPI foi conquistada assim, então ela precisa existir. Por quê: Porque a despesa pública é aberta, porque não há hipótese de que você permita que a despesa pública não seja do conhecimento aberto da população. E é preciso crescer para isso, ter transparência para isso.

Essa CPI, por exemplo, precisa ser constituída, ela está sendo constituída. Muito bem, mas o Parlamento tem que construir o conceito da CPI, e é o que está lá na Constituição, a CPI que vai investigar um ponto determinado, para você não causar um mal gigantesco ao Brasil.

No texto da Constituição, como é que você pode significar a validade da ação de uma CPI? O texto da Constituição estabelece um ponto determinado, um objetivo

determinado. A CPI é um órgão do Poder Legislativo, estabelece um ponto determinado, esse conceito do ponto determinado é a sua delimitação, é o tempo certo, e esse tempo certo tem que ser respeitado, porque a CPI é, talvez, um dos únicos instrumentos na história do Legislativo que não está submetido à decisão da maioria. Não se precisa de maioria para se instituir uma CPI. Tudo no projeto, no processo Legislativo é votado, quem tem maioria, quem tem minoria, vota e aprova ou não. A CPI não, quando o constituinte fez isso, foi para dizer: não, essa é uma base de compreensão da responsabilidade perante a população e perante a sociedade. Não há necessidade de voto para constituir uma CPI. Completou um terço da assinatura dos membros de uma Casa, a CPI está constituída.

Constituída para quê? Para um ponto absolutamente definido, determinado e num prazo certo, não pode ser especulação, do contrário você poderia levar uma instituição como a Petrobras, que foi a base de luta deste País para as realidades contemporâneas, foi a grande luta da minha geração de secundarista... Primeiros comícios da minha geração: “O Petróleo é nosso”, uma absoluta incapacidade de acreditar na grande maioria dos donos do poder, uma resistência dos donos do poder. Ninguém queria. A nossa geração toda insistiu, em diversos níveis da sociedade.

Ganhamos essa batalha, e a Petrobras se constituiu como uma empresa do Estado brasileiro, do estado democrático. Para servir a quem? Servir ao povo brasileiro e a seu fortalecimento. Então, quando se quer CPI, que se faça a CPI, sem dúvida, mas se faça para fortalecer a Petrobras e para dizer: “os gastos dela são públicos, as despesas dela têm que ser públicas. O dinheiro gasto na Petrobras é aberto para o conhecimento público.”

Tudo tem que ser assim para construirmos a relação de confiança, de fé, de crédito, de credibilidade. A luta da democracia precisa de credibilidade, do contrário, não será a luta que se fará vitoriosa. Não são mecanismos simples que serão importantes neste processo, é uma ética da democracia, que o mundo não tem, e o Brasil precisa lutar para ter, uma ética. Essa ética da democracia é a vida das pessoas, é o bem estar, é a satisfação das pessoas, é o estímulo do trabalho da inteligência e do trabalho do conhecimento, a pessoa humana, é isso. Desde milhares de anos atrás até as horas de hoje, precisamos lutar para tê-la.

Por isso, participo aqui com muita confiança e querendo que esta Casa, esta Assembleia, que foi a minha primeira tribuna oficial – porque as outras, não, as outras eram da rua, da luta – possa dar o avanço, a complementação, a batalha e a vitória da nação democrática que haveremos de ter, que haveremos de construir na geração de vocês, se Deus quiser, na força de vocês, dos jovens, dos mais maduros, até dos contemporâneos do meu outono que não perderam a fé.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Quando o sujeito estiver mole, toma cafezinho; quando estiver sem coragem de enfrentar as lutas do dia-a-dia da política, ouve Waldir Pires.

Dr. Waldir Pires, de coração, muito obrigado por sua presença, pelo estímulo. Todos nós nos deleitamos muito ao ouvi-lo. Pelo adiantado da hora, a saudação dos

deputados a Dr. Waldir Pires.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Quero saudar o presidente desta sessão deputado Zé Neto, o deputado Álvaro Gomes que esteve aqui, e com muita alegria é sempre uma honra muito grande contar com a presença do nosso querido Dr. Waldir com seu eterno vigor, com a força do seu testemunho e é um privilégio - acredito que isso é uma benção divina - a gente viver momentos como este para poder receber sempre esta riqueza muito particular. Cumprimento o Dr. Rui Moraes, os nossos companheiros Agnaldo, Márcio e Janicael, as deputadas e os deputados, as organizações e as entidades aqui presentes.

Senhoras e senhores, este é um dos momentos mais importantes da vida desta Casa. Queria saudar os deputados que propuseram esta sessão e também as pessoas que ajudaram a construir este momento.

Gostaria de lembrar que esta Casa tem uma estrutura física que revela uma concepção de relação da Assembleia com a comunidade, com a sociedade. Temos nas Galerias um espaço muito pequeno onde as pessoas não podem sequer se manifestar. Temos Câmaras no interior, a exemplo da Câmara de Entre Rios, na qual o Plenário já dispõe de 300 cadeiras. Temos aqui um Plenarinho que só permite cerca de 60 pessoas para fazer um debate. Esta decididamente não é uma Casa que tem, hoje, uma estrutura que possa acolher uma grande plateia.

E eu quero parabenizar e me congratular com o momento que vivemos nessa história em que os homens, as mulheres, os negros, os trabalhadores rurais e urbanos, a juventude têm neste País construído uma outra história, e temos muitas conquistas a celebrar.

Vejo com muita alegria que esta Casa, a agenda que temos aqui está sendo invadida, no melhor sentido, vem sendo forçada porque este movimento é irreversível. E é muito bom ter o Dr. Waldir aqui, uma autoridade que pode falar dessa luta, mas a gente lembra de tantos e tantos companheiros. E é muito bom, neste momento, Zé Neto, a gente reconhecer que há uma cobrança da sociedade. Temos que criar este espaço de participação, de diálogo. E é bom registrar que neste período curto que estamos aqui – e este é o meu primeiro mandato - temos podido participar, e quero testemunhar a importância dessa participação quando a gente tem oportunidade de fazer audiências públicas, sessões especiais, audiências fora deste espaço, onde podemos compreender que é indispensável a participação popular.

Então, este momento não é nada mais do que reconhecer a sociedade baiana, a exemplo de 10 estados que já contam com esse instrumento.

Quero agradecer às pessoas que contribuíram, que estão aqui e que estão neste debate para que efetivamente tenhamos este espaço. E isso é para ontem.

Parabéns a todos. Obrigada pela colaboração. Que esta Casa possa, de fato, não apenas contar com a representação dos 63 deputados, mas também do povo, que seja a Casa do povo.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Obrigado, deputada Neusa Cadore.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Obrigado, deputada Neusa Cadore.

Antes de passar a palavra ao deputado Bira Corôa, quero fazer mais uma saudação ao ministro, governador, deputado federal, deputado estadual, corregedor, etc. Está difícil, porque o horário do Dr. Waldir está apertado. Nós já solicitamos dele mais meia hora e, depois, o liberaremos. Ele tem um outro evento que eu agradeço muito a ele a compreensão. Nós iniciamos um pouco o adiantado da hora em função de algumas dificuldades que nós tivemos aqui hoje como a chuva e outras coisas que acontecerem na cidade.

Inclusive atrasou até o movimento MSTL que iria participar da Mesa; mas peço a compreensão aos companheiros, porque haverá outros momentos quando poderemos ampliar este movimento tão importante por quem nós temos todo o respeito. Mas, em função dessa dificuldade como a articulação de horário, infelizmente, nós não pudemos trazê-los à Mesa. Mas, sintam-se à Mesa; sintam-se respeitados e sintam-se, acima de tudo, com a abertura desta Casa para as pretensões do movimento tão importante como vocês defendem.

Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de três minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Deputado Zé Neto que preside esta sessão, eu quero pedir licença para saudar toda a Mesa em nome do Dr. Waldir Pires e, em especial, saudar a todos e a todas.

É indispensável destacar o papel estratégico e importante que esta Casa vem vivendo neste exato momento. Esta Casa que tem, como prerrogativa, ser o espaço da sociedade, ser a Casa do Povo mas ao longo de muito tempo foi o marco da distância e do isolamento das ações dos movimentos civis organizados, dos movimentos populares com o Legislativo. Consequentemente, deixou, ao longo de muito tempo, de ser o elo estratégico e fundamental da estruturação de políticas públicas a partir da construção popular.

Agora, estamos vivendo um bom momento no Brasil com o governo Lula, um bom momento na Bahia com o governo Wagner e, em especial, um bom momento nesta Casa neste novo período. Esta Casa, nos últimos anos, tem recebido a intervenção direta da sociedade. Muitos dos que aqui me antecederam em suas falas destacaram a importância e a participação crescente das intervenções populares nesta Casa, a relação mais aberta, mais direta e presente com o secretariado do governo do Estado.

Consequentemente, este ato celebra, nobre deputado Zé Neto, este momento. E criar uma Comissão Legislativa de Participação Popular é mais do que criar um instrumento, ou seja, é permitir que a sociedade civil organizada possa se utilizar desse espaço como um instrumento de construção desta sociedade igualitária à qual todos nós acreditamos e lutamos.

É uma honra muito grande poder vivenciar a palestra aqui apresentada por Dr. Waldir Pires; não apenas pela palestra de conhecimento, mas pela força da alma, pela vivência, pela experiência, pelo símbolo que nos marcou ao longo de todas as nossas vidas. Eu venho de uma geração, Dr. Waldir Pires, onde o marco de referência deste nosso Estado foi o seu perfil de luta, foi a sua conduta e, acima de tudo, foi a sua disposição por lutar por uma sociedade igualitária e por acreditar, fielmente, na possibilidade de se estabelecer, em nosso Estado, a democracia.

Então, este ato celebra exatamente este momento. E esta Casa marca, mais uma

vez, nas páginas de sua história uma data importante de conquista, realização e participação na construção da sociedade igualitária pela qual todos nós lutamos. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Convida, agora, esta que não é só uma amiga mas sempre, aqui na Casa, uma referência de luta das mulheres do sertão e dessas lutas tantas que a gente traz às costas e no tempo, a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Vocês já sabem que, com muitas homenagens, eu me emociono. (Palmas) E quando eu me emociono, falta-me a voz. Então, relevem. Eu quero saudar todas as autoridades da Mesa e cumprimentar o proponente da sessão, deputado Zé Neto, saudar o nosso ministro, educador, profeta das gerações, ensinando tantas coisas boas, Dr. Waldir Pires.

Olhando e ouvindo atenciosamente as suas palavras, Dr. Waldir, lembrava muito bem das primeiras reuniões eclesiais de base no nosso sertão. Coisa que os graúdos, os grandes se incomodavam bastante e se encarregavam de espalhar por aquela região, através de seus cabos eleitorais, que aquilo era coisa do comunismo, coisa dos vermelhos, e que não ia oferecer nada de bom para a sociedade.

Mas, como bem disse V.Ex^a, houve muita gente corajosa como eu, muitas mulheres do sertão e muitos outros que estão na luta, alguns até que já se foram, como o nosso companheiro Adão, eles acreditaram, apostaram e entenderam que a sociedade, onde apenas poucos se dão bem, não serve para os brasileiros.

Portanto, acreditar, organizando sindicatos, associações, grupos de mulheres, grupos de moradores. Quero saudar aqui também os nossos companheiros da luta pela moradia popular, nós terminamos construindo esse momento.

Portanto, a nossa satisfação de participar de uma audiência como esta, é difícil revelar o valor dela em apenas 3 minutos.

Acredito que o tema desta sessão de hoje é preciso, deputado Zé Neto, sei que vamos fazer isto, deputada Neusa, deputado Bira Corôa, demais deputados que estiveram aqui presentes, gravar como ela já tem a oportunidade de ser gravada pela *TV Assembleia*, colocar o nosso vídeo, CD, em todos os bolsos, sacolas e espalharmos por aí afora em todas as sessões, em todas as reuniões do nosso partido, em outros ambientes, para que possamos dar conhecimento à sociedade de estado, o momento em que estamos vivendo, o sonho que temos para este Brasil justo, independente e decente, como diz o presidente Lula.

As forças da sociedade que até o presente momento, através de suas organizações, ainda não tiveram tempo de chegar aqui, vão chegar, sim, porque essa Comissão Legislativa de Participação Popular será aprovada e contribuirá com as demais comissões.

Aqui já têm chegado os sem-teto, os agricultores familiares, as trabalhadoras domésticas, em grandes oportunidades, mas certamente, para cumprir essa missão, que foi descrita pelo pronunciamento do nosso ministro Waldir Pires, ainda temos muito a realizar.

Lembro-me que recentemente um trabalhador nos disse: “Deputada, que tempo bom”.

Por quê? Perguntei-lhe. E ele disse: “Agora já temos Lula, Wagner, a deputada Fátima Nunes, que concorreu cinco vezes para depois chegar; temos também o deputado Bassuma. Agora é só aguardar as coisas acontecerem.” Ele era eleitor de Bassuma.

Eu disse: “Meu amigo, nada disso, a democracia que queremos construir, a participação das pessoas, a altivez e o sentimento de cidadania, tudo isto precisa muito ainda dos nossos passos, da nossa força e da nossa organização.

O seu pronunciamento, Dr. Waldir Pires, vem exatamente nos dar essa missão. Vendo estes jovens aqui, verdinhos, de 13, 19 anos, e aqueles que estão ainda no ventre da mãe, certamente vão se sentir encorajados pelas suas palavras que vamos transmitir por aí afora.

Parabéns, deputado Zé Neto; parabéns a todos que acolheram este momento importante para a vida democrática e cidadã do Estado da Bahia.

Muito obrigada.

(não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Deputada Fátima, deputada Neusa e deputado Bira, daqui vamos caminhar mais e mais com a legislação participativa. Não apenas como um evento da sociedade que venha a nos procurar, mas como evento da democracia e todo contexto do Poder Legislativo, das suas necessidades institucionais, para que possamos avançar.

Meu amigo Dr. Waldir, companheiro, guerreiro, em homenagem a V.Exa. agora estava pensando que o começo do seu governo foi em 87. Em 86 eu estava fazendo Direito, e no último comício do senhor, com Caetano Veloso presente, cantávamos “*Amanhã será um lindo dia, a mais louca alegria que se possa imaginar.*” E sabemos de todas as dificuldades que o senhor enfrentou como governador ainda para quebrar as barreiras institucionais. Não tinha o que temos hoje: um governo democrático, aberto, em que os recursos chegam para o Estado de forma institucional, direta. Não era isso, era uma outra situação. E ficamos ali com Dr. Waldir. Não estaríamos agora no nível de democracia em que estamos se esse guerreiro menino, que ainda está conosco aqui com essa vitalidade, não estivesse à frente, no comando daquele momento extraordinário nas nossas vidas. Isso não tem preço. Isso é tatuado em nós, na nossa geração que veio dos anos 80, principalmente.

Em homenagem a Dr. Waldir, já falei com essa guerreira que está ao meu lado, tenho certeza de que esses dois companheiros também aceitarão - claro, estou falando por eles -, que vamos sair daqui hoje com uma indicação. Na segunda-feira, formularemos a indicação para ampliar as Galerias Paulo Jackson. Proporemos aos demais deputados, nessa visão de ampliação institucional da Assembleia Legislativa, como emblema também de ampliar esta Casa para o povo baiano, a sociedade baiana, uma indicação. Não agora, talvez na crise não tenhamos possibilidade econômica. Mas que já saia um indicativo solicitando que a meta principal, prioritária no plano físico deste Legislativo seja a ampliação dessas Galerias.

Esta Casa foi construída no período da ditadura militar. E estamos hoje aqui, neste momento, ouvindo e consagrando uma das maiores referências da democracia do nosso País. Tenho certeza de que para essa homenagem muitos deputados haverão,

junto conosco, de assinar a indicação para que a Assembleia tenha como meta física da sua construção a ampliação dessas Galerias em nome da democracia, em nome desse novo tempo, em nome do amanhã que em parte já chegou e haverá de seguir. (Palmas!)

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença de todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas. Quero perguntar se o pessoal está com o Hino da Bahia. Outro dia, pedi que todas as vezes que fizéssemos uma audiência pública o executássemos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Enquanto aguardamos a execução do hino, com a palavra, por 3 minutos, o Presidente do Movimento dos Sem-Teto, Sr. Jhones Bastos.

O Sr. JHONES BASTOS:- Bom dia a todos. Em nome do Movimento dos Sem-Teto da Bahia, a gente agradece a oportunidade ao grande ex-governador Waldir Pires. A gente se recorda, quando fazia movimentação estudantil lá em Feira de Santana, do hino que marcou também a trajetória de Waldir Pires, que dizia: “Eu quero ver um tempo novo, eu quero ver e construir, a Bahia vai mudar, trabalhando com Waldir”. Esse foi o hino que marcou o trajeto do governo Waldir Pires e a nós também.

Aproveitando a oportunidade, a ex-secretária de Habitação, Dra. Ângela Gordilho, fez um levantamento em toda a cidade, e disse: “Em Salvador só existem 15% de áreas para se construir moradias; 10% são designados para os setores da burguesia, 5% são designadas para a construção de casas populares.”

Nós apresentamos ao governador, no encerramento do projeto Minha Casa, Minha Vida, no Parque de Exposições, um documento que dizia o seguinte: nós, do movimento, por conta da montagem desses projetos sociais, do Concidade, de outros setores que foram montados através do movimento social, tudo iniciado pelo MSTs – Movimento dos Sem-Teto de Salvador e, conseqüentemente, nós montamos o Movimento dos Sem-Teto da Bahia, que foi instalado na UFBA, em 2005, nós queríamos que fosse também mostrado ao governador, já que Salvador não disponibiliza mais terras, o movimento está apresentando a sua demanda, tanto a demanda das pessoas que precisam morar, quanto a demanda de terras e prédios que nós temos, uma vez que a própria secretária disse que os prédios que nós temos na cidade são áreas muito direcionadas para a burguesia.

Nós dissemos diretamente à secretária que a sociedade, principalmente a sociedade carente, precisa das melhores áreas; nós também temos direito a morar nas melhores áreas da cidade. É importante que as pessoas se sintam bem, que o ser humano seja, realmente, considerado ser humano, e que se sinta como um ser humano.

Aproveitando também o momento, a título de sugestão, já que esta Casa vive um momento em que a democracia aqui reina, é importante informar que o movimento de moradia pede também que os deputados abram aqui um espaço. Todas as prefeituras do Brasil tem os espaços dos segmentos sociais, então, que esta Casa também tenha o espaço dos segmentos sociais no sentido de estar nos ajudando para que possamos ajudar a Assembleia Legislativa, aos deputados a legislar e os governos a governarem, e que em cada mês seja discutida a habitação, a educação, a saúde, a segurança, emprego, para que de fato, ajudemos o País a melhorar a sua condição de vida; que realmente se construa uma sociedade justa, igualitária.

Dizemos sempre que queremos uma sociedade justa, igualitária mas, de fato, os exercícios são poucos. Solicitamos o exercício para que o movimento acompanhe, para

que, realmente, funcione nesta Casa.

Agradecemos a oportunidade, lembrando que o grande deputado Zé Neto é um deputado que tem que dar continuidade ao seu mandato. Temos um ditado que diz que em time que está ganhando não se mexe. Tem algumas questões que nós estamos levantando com o governo, como a retirada da presidente da Conder, Maria Del Carmen, porque ela está atuando muito bem no governo e hoje a rádio divulgou a sua saída; estamos indignados com esta saída.

Agradecemos também à deputada Fátima Nunes, pois ela está incluída nos setores sociais, na reforma urbana, na reforma agrária.

Agradecemos também a todos, à Mesa, ao Plenário, em nome do Movimentos dos Sem-Teto da Bahia. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Por fim, registro a presença da Associação dos Moradores do Rio-Sena, da Rádio Comunitária Leila Alves, e vocês da Rádio Comunitária que estão nos ouvindo lembrem que o Ministério das Comunicações deu até o dia 25 de junho para inscrição para novos canais de rádio comunitária.

Vamos ouvir agora, em homenagem a este momento, em homenagem à Bahia, esse hino belo, que expressa exatamente a alma do povo baiano e que deve ser sempre ouvido e resgatado.

(Execução do Hino ao 2 de Julho)

(Palmas)

O Sr. Waldir Pires:- Aeroporto da Bahia é 2 de Julho! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada mais uma sessão especial nesta Casa Legislativa.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*